

SCHIAVONE, Aldo. *La storia spezzata: Roma antica e Occidente moderno*. Roma-Bari, Editori Laterza, 1999, viii + 262 p.

Por que não ocorreu uma continuidade entre o Império Romano e a Europa moderna, sobretudo no plano econômico, embora existissem as condições para tanto? Esta é a questão que Aldo Schiavone, docente de Direito Romano na Universidade de Firenze, formula e propõe-se a resolver em recente livro. A idéia não é obviamente nova, como reconhece o próprio autor. O tema do declínio do mundo romano já era objeto de indagações entre os próprios contemporâneos e, pelo menos, desde a monumental obra de Edward Gibbon, é um problema historiográfico e também a partir do século XIX, o debate sobre a economia na Antiguidade é perpassado por diferentes visões das rupturas e continuidades com o mundo moderno, em especial, quanto ao desenvolvimento do capitalismo, como bem ilustra a polêmica entre “primitivistas” e “modernistas”.

Com sua contribuição, Schiavone pretende marcar uma posição nessa polêmica antiga e moderna. Não por acaso o livro abre com uma análise do *Elogio de Roma*, discurso pronunciado pelo retor de língua grega Élio Aristides diante da corte imperial. Falando em nome das pequenas elites cidadinas do império, Aristides louva o poder ordenador de Roma e a difusão da riqueza que ela proporcionou. Otimismo que, no entanto, tem um contraponto em uma literatura (Apuleio, Luciano, Filostrato, Artemidoro) marcada por sinais de inquietude,

crises individuais, e que buscava refúgio num plano religioso e metafísico. Schiavone atribui esta ambigüidade às incertezas de uma elite diante dos destinos de um império que alcançara seu auge no século II d.C, mesmo momento histórico que também seria prezado por Gibbon no século XVIII e pelos historiadores Rostovzev e Walbank no século XX (analisados no capítulo 2), que, como os antigos, ficaram preocupados em explicar sua decadência.

Filiando-se a esta perspectiva e munido de erudição e domínio de uma vasta bibliografia, Schiavone coloca como objetivo apontar as causas econômicas, sociais, políticas e culturais que, a seu ver, impediram que no final do século I a.C. houvesse um livre curso do desenvolvimento econômico romano, que poderia ter determinado outro rumo para a história européia, marcado por um progresso linear e contínuo e não por uma ruptura.

Em primeiro lugar, busca discernir as características estruturais da economia romana. À diferença da modernidade, a economia na Antiguidade greco-romana não se constituiu como uma esfera autônoma, mas sempre esteve subordinada a fatores extra-econômicos, como guerras de conquista, redistribuição política e escravidão. Colocando a questão nesses termos gerais (sem dúvida, sob influência de uma linha de argumentação que tem em Max Weber seu

principal representante e que hoje encontra amplo apoio na obra de Karl Polanyi e Moses Finley), Schiavone passa a discutir a formação do sistema da economia imperial, tendo como marco cronológico o período compreendido entre a primeira parte do século III a.C. e a metade do século II d.C.

O século III a.C. representa o início da formação do sistema da economia imperial, pois nele ocorreu a expansão romana na Itália e os embates com Cartago. O resultado foi a emergência de um novo grupo social com interesses mercantis e a constituição de um capital comercial, em escala outrora desconhecida. Neste momento a economia romana aparece como um sistema agrário-mercantil de base escravista em que seus três componentes – agricultura, escravidão e circulação de mercadorias – estão diretamente relacionados com a configuração imperial do sistema político, fundado na guerra. Contudo, o resultado deste quadro foi uma concentração da atividade produtiva no campo que impediu a formação de capital industrial. Schiavone acrescenta ainda que outro obstáculo a esta formação residia na concepção antiga de trabalho que o apresentava como uma relação pessoal de dependência e não como expressão de força de trabalho em forma de mercadoria. Daí que o sistema econômico para se reproduzir dependia da constante oferta externa (guerras) de escravos, não criando as condições para a existência de um mercado de trabalho.

O vínculo entre economia e política determinou, portanto, os limites e possibilidades de expansão do sistema imperial romano. Com a unificação política formou-se uma “economia mundial” mas que, no entanto, acabou por desintegrar-se. Com o estabelecimento do Principado o surto econômico romano não foi potencializado. Prevaleceu uma ordem mundial fundada em uma mentalidade aristocrática, avessa à aquisição e acumulação. Nas palavras de Schiavone, “havia uma incapacidade – social, cultural, econômica – do capital comercial em reduzir totalmente a si o mundo da produção e de se transformar em capital

industrial, um obstáculo intransponível que separava latifundiários e comerciantes de tornarem-se verdadeiros empresários capitalistas, que abria um fosso qualitativo entre as formas romanas e o desenvolvimento da economia européia” (p. 112).

O autor aprofunda esta discussão sobre as causas culturais do declínio do mundo romano em um capítulo em que se debruça sobre o controverso tema das possibilidades de uma associação entre capitalismo e escravidão no contexto do desenvolvimento econômico na Antiguidade.

Schiavone reconhece que a origem deste debate remonta ao abolicionismo do século XIX, quando a crítica do trabalho escravo empregado nas colônias britânicas e francesas fez com que a análise da escravidão antiga ultrapassando os domínios do antiquarianismo, passasse a ser sistematicamente realizada. Cabe aqui notar que, embora esta problemática seja minimizada por Finley, é evidente que nesse momento histórico em que se procurava questionar a eficiência do trabalho escravo e postular sua superação, idéias como as de que a escravidão levava ao esgotamento do solo e requeria uma contínua expansão territorial, transferiram-se para a nascente historiografia sobre a escravidão romana, como testemunham, por exemplo, as obras de E. Ciccotti e R. H. Barrow, e também estão presentes nas observações de Marx e Weber sobre os fundamentos da economia antiga¹. A produção historiográfica atual ainda ecoa as controvérsias acima ao considerar a escravidão como essencialmente uma relação de produção que limitava o desenvolvimento econômico e tecnológico na Antiguidade.

¹ FINLEY, M. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro, Graal, 1991; BACKHAUS, Wilhelm. “John Elliot Cairnes und die Erforschung der antiken Sklaverei”. *Historische Zeitschrift*, 220, 1975, p. 543-567.

Daf serem priorizados temas como a organização do trabalho escravo, seu rendimento e produtividade.

Ainda que discuta estes pontos, Schiavone argumenta que não foi a escravidão a principal responsável pela estagnação tecnológica no mundo greco-romano, mas sim a limitação da própria especulação científica antiga que se restringiu a um plano metafísico, não se tornando uma ciência experimental, como ocorreria no Renascimento europeu. A possibilidade de uma continuidade entre a Antiguidade e a Europa moderna estaria assim necessariamente comprometida. “A construção da modernidade econômica no Ocidente teve como elementos principais a aquisição de traços mentais e sociais de todo estranhos ao ambiente grego e romano: uma árdua e longa reapropriação civil e cultural do trabalho e a invenção de uma relação antes não experimentada entre trabalho dependente e liberdade pessoal, seja nas cidades que renasciam, seja no campo pós-feudal. E depois, uma reconquista da dimensão física da natureza – matéria e movimento em outro quadro de experiências e

conceitos – como condição para uma aliança entre inteligência e produtividade, entre conhecimento científico, saberes artesanais e inovações tecnológicas” (p. 186).

Essa é, em síntese, a conclusão do livro de Schiavone, embora também seja rico em discussões sobre o estado atual da historiografia econômica e social sobre o Império Romano. Este, aliás, já seria um bom motivo de leitura, mas não o único. A meu ver, o livro se destaca por colocar de forma clara a necessidade de pensarmos nossa relação com o passado greco-romano não apenas de um ponto de vista meramente acadêmico, mas sobretudo político. O problema da unificação européia parece pairar sobre a análise de Schiavone e seu livro aponta uma questão: até que ponto é possível uma unidade européia se o seu maior modelo, o Império Romano, demonstra antes de tudo os limites de tal empreitada? Em um momento como o nosso em que muito se fala de globalização, este é um problema que certamente acompanhará os futuros estudos sobre a Antiguidade clássica.

Fábio Duarte Joly

Pós-graduando em História Econômica – FFLCH/USP